

CADERNO DE LEGISLAÇÃO DA RADIODIFUSÃO

Versão atualizada em
10/11/2022

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT

DIRETORIA-EXECUTIVA

Presidente

Flávio Lara Resende

Vice-Presidente

Roberto Cervo Melão

Diretor Geral

Cristiano Lobato Flores

Edição e Atualização

Rodolfo F. de Souza Salema
Rafael Larcher

ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS

ALERT – AL

Associação Alagoana das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais Diários

AMERT – AM

Associação Amazonense de Emissoras de Rádio e Televisão

ABART - BA

Associação Baiana de Empresas de Rádio e Televisão

ACERT – CE

Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão

AVEC – DF

Associação dos Veículos de Comunicação do Distrito Federal

SERTES – ES

Sindicato das Emissoras de Rádio e Televisão do Espírito Santo

AGOERT – GO

Associação Goiana das Emissoras de Rádio e Televisão

AMART – MA

Associação Maranhense de Rádio e Televisão

AMIRT – MG

Associação Mineira de Rádio e Televisão

AERMS – MS

Associação de Emissoras de Radiodifusão do Mato Grosso do Sul

APERT – PA

Associação Paraense de Emissoras de Rádio e Televisão

ASSERP – PB

Associação das Emissoras de Radiodifusão da Paraíba

ASSERPE – PE

Associação das Empresas de Radiodifusão de Pernambuco

AERP – PR

Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná

AERJ – RJ

Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado do Rio de Janeiro

AGERT – RS

Associação Gaúcha das Emissoras de Rádio e Televisão

ACAERT – SC

Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão

SINERTEJ – SE

Sindicato das Empresas de Rádio, Televisão, Jornais e Revistas do Estado de Sergipe

AESP – SP

Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo

AERTO – TO

Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado do Tocantins

APOERT – RN

Associação Potiguar de Emissoras de Rádio e Televisão

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995: Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.

LEIS

Lei nº 14.408, de 12 de julho de 2022: Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), para dispor sobre a transferência, a comercialização e a cessão do tempo de programação para a produção independente.

Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022: Institui o Programa Internet Brasil; e altera as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações), 5.768, de 20 de dezembro de 1971, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 13.424, de 28 de março de 2017, e 14.172, de 10 de junho de 2021.

Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021: Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11 de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

Lei nº 14.173, de 15 de junho de 2021: (PROMULGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL DE TRECHO VETADO. PUBLICAÇÃO EM 08/10/2021) Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17 de agosto de 2000, 9.472, de 16 de julho de 1997, 13.649, de 11

de abril de 2018, 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 12.485, de 12 de setembro de 2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020: Altera as Leis nos 9.472, de 16 de julho de 1997, e 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre a finalidade, a destinação dos recursos, a administração e os objetivos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Lei nº 14.108, de 16 de dezembro de 2020: Altera as Leis nos 12.715, de 17 de setembro de 2012, e 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre os valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) das estações de telecomunicações que integrem sistemas de comunicação máquina a máquina, e sobre a dispensa de licenciamento de funcionamento prévio dessas estações.

Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020: Cria o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Lei nº 14.027, de 20 de julho de 2020: Altera a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer regras acerca da distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, realizada por concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão ou por organizações da sociedade civil.

Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019: Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e revoga dispositivos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Lei nº 13.828, de 13 de maio de 2019: Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.

Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Lei nº 13.649, de 11 de abril 2018: Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal.

Lei nº 13.644, de 4 de abril de 2018: Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora.

Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017: Altera as Leis nos 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços.

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014: Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011: Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009: Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências.

Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008: Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir

a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006: Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional -CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002: Dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, conforme o § 4o do art. 222 da Constituição, altera os arts. 38 e 64 da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, o § 3o do art. 12 do Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001: Padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e televisão nos espaços dedicados à propaganda e dá outras providências.

Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000: Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999: Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

Lei nº 9.874, de 29 de janeiro de 1999: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998: Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997: Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Lei nº 9.295, de 19 de julho de 1996: Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 2.186, de 20 de dezembro de 1984: Institui o imposto sobre serviços de comunicações, e dá outras providências.

Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979: Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978: Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Radialista e dá outras providências.

Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972: Prorroga o prazo das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora que especifica e dá outras providências.

Lei nº 5.535, de 20 de novembro de 1968: Restabelece representações no Conselho Nacional de Telecomunicações, revoga dispositivos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967: Complementa e modifica a Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966: Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

Lei nº 4.117, de 7 de agosto de 1962: Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETOS

Decreto nº 11.210, de 26 de setembro de 2022: Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para dispor sobre os critérios para concessão de parcelamento do preço público da outorga do serviço de radiodifusão.

Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022: Altera o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

Decreto nº 11.026, de 31 de março de 2022: Altera o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19. Revoga o art. 2º do Decreto nº 10.664, de 31 de março de 2021.

Decreto nº 10.804, de 22 de setembro de 2021: Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, para dispor sobre os critérios adotados para a concessão de parcelamento do preço público da outorga para executar o serviço de radiodifusão.

Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021: Altera o Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, o Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e o Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

[Decreto nº 10.664, de 31 de março de 2021](#): Altera o [Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013](#), que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o [Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020](#), que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da **covid-19**.

[Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020](#): Aprova a estrutura regimental do Ministério das Comunicações (MCom).

[Decreto nº 10.456, de 11 de agosto de 2020](#): Dispõe sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora e regulamenta os casos excepcionais de flexibilização ou de dispensa.

[Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020](#): Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.

[Decreto nº 10.326, de 24 de abril de 2020](#): Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução do serviço de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.

Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020: Amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19.

Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020: Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019: Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Decreto nº 9.837, de 14 de junho de 2019: Dispensa as emissoras de radiodifusão sonora da obrigatoriedade de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República.

Decreto nº 9.479, de 22 de agosto de 2018: Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e o Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17/02/2005.

Decreto nº 9.270, de 25 de janeiro de 2018: Fixa prazo para manifestação de interesse na adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, de caráter local, regional e nacional, para a execução do serviço de radiodifusão em frequência modulada.

Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017: Altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e revoga o Decreto nº 88.066, de 55.089e janeiro de 1983.

Decreto nº 8.753, de 10 de maio de 2016: Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de

transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão.

Decreto nº 8.139, de 07 de novembro de 2013: Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.

Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013: Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 7.776, de 24 de julho de 2012: Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012: Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006.

Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007: Dispõe sobre procedimentos para a expedição de autorização para a execução de Serviço Especial de Fins Científicos e Experimentais que envolva experimentos de transmissão de sinais de radiodifusão ou demonstrações de sistemas desenvolvidos para essa finalidade.

Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006: Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.

Decreto nº 5.413, de 06 de abril de 2005: Altera o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e o Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao

Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, aprovado pelo Decreto n.º 5.371, de 17/02/2005, e dá outras providências.

[Decreto nº 5.393, de 10 de março de 2005](#): Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.

[Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005](#): Institui o Serviço de Retransmissão de Televisão e o Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

[Decreto nº 5.102, de 11 de julho de 2004](#): Acresce inciso ao art. 7º do Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.

[Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003](#): Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências.

[Decreto nº 4.438, de 24 de outubro de 2002](#): Dá nova redação ao art. 11 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998](#): Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária.

[Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996](#): Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

[Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995](#): Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

[Decreto nº 99.431, de 31 de julho de 1990](#): Dá nova redação aos arts. 37 e 75 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de

31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985.

[Decreto nº 97.057, de 10 de novembro de 1988](#): Altera os Títulos I, II e III do Regulamento Geral para a execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

[Decreto nº 91.837, de 25 de outubro de 1985](#): Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[Decreto-Lei nº 2.186, de 20 de dezembro de 1984](#): Institui o imposto sobre serviços de comunicações, e dá outras providências.

[Decreto nº 90.380, de 29 de outubro de 1984](#): Cria o Serviço Especial de Radiocomunicações para Segurança nas Rodovias e aprova seu Regulamento.

[Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983](#): Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[Decreto nº 86.680, de 02 de dezembro de 1981](#): Define a competência do Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil para convocação de emissoras de radiodifusão.

[Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980](#): Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira (Capítulo III - Dos Serviços de Radiodifusão).

[Decreto nº 84.181, de 12 de novembro de 1979](#): Altera a redação do artigo 87, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[Decreto nº 66.646, de 29 de maio de 1970](#): Altera o artigo 68 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967](#): Complementa e modifica a Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962.

[Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#): Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

[Decreto nº 52.026 de 20 de maio de 1963](#): Aprova o Regulamento geral para Execução da Execução da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

PORTARIAS

[Portaria MJSP nº 201, de 3 de novembro de 2022](#): Altera a Portaria MJSP nº 502, de 23 de novembro de 2021, que regulamenta o processo de classificação indicativa de que tratam o art. 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o art. 3º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e o art. 11 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

[Portaria nº 7.231, de 19 de outubro de 2022](#): Altera a Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, que dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[Portaria nº 7.079, de 7 de outubro de 2022](#): Altera a Portaria MCOM nº 5.256, de 12 de abril de 2022, que dispõe sobre o pagamento de preço público de outorga para execução de serviços de radiodifusão.

[Portaria nº 7.000, de 28 de setembro de 2022](#): Autoriza a dispensa da transmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República (A Voz do Brasil), no dia 28 de setembro de 2022.

[Portaria nº 1.228, de 13 de setembro de 2022](#): Dispõe sobre os procedimentos para solicitação e operacionalização do Serviço de Radiovias em Frequência Modulada.

[Portaria MCOM nº 6.748, de 13 de setembro de 2022](#): Altera o Anexo I da Portaria MCOM Nº 4.561, de 1º de fevereiro de 2022, passa a vigorar com o acréscimo de autorização para dispensa de transmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República (A Voz do Brasil), com abrangência restrita ao município de Aparecida/SP, do dia 03 ao 11 de outubro de 2022, para cobertura

da Novena da Padroeira do Brasil; bem como no dia 08 de dezembro de 2022, em virtude da Festa da Imaculada Conceição, conforme indicado na tabela abaixo.

Portaria MCOM nº 6.549, de 30 de agosto de 2022: Dispõe sobre a instituição e utilização do processo administrativo eletrônico no âmbito do Ministério das Comunicações - MCOM.

Portaria MCOM nº 6.559, de 31 de agosto de 2022: Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão.

Portaria MCOM nº 6.239, de 19 de agosto de 2022: Dispõe sobre a alteração da Portaria MCom n.º 2.524, de 4 de maio de 2021.

Portaria nº 5.198, de 6 de abril de 2022: Dispõe sobre a revisão das Portarias nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, nº 231, de 7 de agosto de 2013 e nº 141, de 22 de julho de 2020

Portaria nº 5.318, de 14 de abril de 2022: Dispõe sobre a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e dá orientações complementares.

Portaria nº 5.256, de 12 de abril de 2022: Dispõe sobre o pagamento de preço público de outorga para execução de serviços de radiodifusão, decorrentes de processo licitatório, alteração de características técnicas e adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada. Altera a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014.

Portaria nº 5.254, de 11 de abril de 2022: Estabelece as condições, critérios e procedimentos para a nova instrução dos pedidos de adaptação de outorgas de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada que foram deslocados para o Lote Residual em virtude do cumprimento do disposto no art. 3º da Portaria nº 3.071, de 31 de maio de 2017.

Portaria nº 4.732, de 17 de fevereiro de 2022: Estabelece as diretrizes gerais e os quesitos necessários para elaboração de projeto técnico para a instalação de estações necessárias para a operacionalização do Serviço de Radiovias.

Portaria nº 4.613, de 9 de fevereiro de 2022: Classificar como Leve a infração de deixar de veicular, diariamente, às dezenove horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, inserção informativa sobre horário de retransmissão do programa "A Voz do Brasil".

Portaria MCOM nº 4.561, de 1º de fevereiro de 2022: Aprova o calendário de flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República, denominado "A Voz do Brasil" (2022).

Portaria MJSP nº 502, de 23 de novembro de 2021: Regulamenta o processo de classificação indicativa de que tratam o art. 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o art. 3º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e o art. 11 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Portaria MCOM nº 4.149, de 24 de novembro de 2021: Dispõe sobre a instrução dos pedidos de renovação de outorga protocolados no Ministério das Comunicações até a data de publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

Portaria MCOM nº 4.039, de 16 de novembro de 2021: Altera o Anexo I da Portaria MCOM Nº 2.350, de 6 de abril de 2021, que passa a vigorar com o acréscimo de autorização para a dispensa do horário de transmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República (A Voz do Brasil), no dia 17 de novembro de 2021, nacionalmente, em decorrência da realização dos sucessivos jogos de futebol.

Portaria MCOM nº 3.865, de 15 de outubro de 2021: Altera o Calendário de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa "A Voz do Brasil".

Portaria MCOM nº 3.801, de 5 de outubro de 2021: Altera as Portarias nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, nº 231, de 7 de agosto de 2013, nº 251, de 7 de agosto de 2013, nº 4, de 17 de janeiro de 2014, nº 275, de 13 de agosto de 2020, nº

3.238, de 20 de junho de 2018 e nº 6.843, de 10 de dezembro de 2019. Revoga: o art. 22 da Portaria MC nº 275, de 13 de agosto de 2020; os seguintes dispositivos da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018: a) alíneas "a" e "b" do Anexo IV, referentes aos documentos das Fundações Públicas e Instituições de Educação Públicas; b) alíneas "b" e "c" do Anexo V, referentes aos documentos da Pessoa Jurídica Mantenedora; c) alínea "b" do Anexo V, referente ao documento da Instituição de Ensino Superior Mantida; d) alíneas "b" e "f" do Anexo VI, referentes aos documentos das Fundações de Direito Privado; e) alínea "a" do Anexo IX, referente ao documento da cessionária; f) alínea "a" do Anexo X, referente ao documento da cessionária; e g) alínea "a" do Anexo XI, referente ao documento da cessionária; a Portaria nº 4.775, de 14 de setembro de 2018; a Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012; e os §§ 1º e 2º do art. 13 da Portaria MC nº 231, de 7 de agosto de 2013.

Portaria MCOM nº 2.935, de 16 de setembro de 2021: Classificar como Média a infração de não adaptar ou substituir a estação transmissora e/ou retransmissora, no prazo estipulado no item 9.1 da Norma Complementar nº 01/2006, a fim de comportar os recursos de acessibilidade definidos na referida Norma.

Portaria MCOM nº 3.567, de 13 de setembro de 2021: Autorizar que as estações dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e de retransmissão de televisão e de retransmissão de rádio, possam operar com potência de transmissão reduzida de até trinta por cento da estabelecida em suas respectivas licenças para funcionamento de estação.

Portaria MCOM nº 2.523, de 4 de maio de 2021: Dispõe sobre a diretriz de recepção do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) nos equipamentos terminais de acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP).

Portaria MCOM nº 2.524, de 4 de maio de 2021: Institui o Programa Digitaliza Brasil, que estabelece as diretrizes para a conclusão do processo de digitalização dos sinais da televisão analógica terrestre no Brasil e dá outras providências. Altera as Portarias 141, de 22 de julho de 2020; 4.287, de 21 de setembro de 2015; e, 1.459, de 23 de novembro de 2020.

Portaria nº 2.387, de 27 de abril de 2021: Classifica como Leve a infração de executar o serviço com as características referentes à recepção dos sinais diferentes das autorizadas pelo Poder Concedente.

Portaria Interministerial nº 4º, de 30 de abril de 2021: Dispõe sobre os procedimentos para consignação de canais de radiodifusão sonora em frequência modulada ao Ministério das Infraestrutura, para execução do Serviço de Radiovias.

Portaria nº 1.921, de 25 de março de 2021: Estabelece o valor máximo da multa por infração às disposições da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, às leis e aos regulamentos ou às demais normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão e seus ancilares.

Portaria nº 2.350, de 6 de abril de 2021: Aprova o calendário de flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do Programa Oficial de Informações dos Poderes da República, denominado "A Voz do Brasil".

Portaria nº 2.263, de 24 de março de 2021: Institui Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão.

Portaria MCOM Nº 2.347, de 6 de abril de 2021: Dispõe sobre a revisão da Portaria nº 231, de 07 de agosto de 2013, que estabelece regras para a autorização de alteração de características técnicas de operação das emissoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que resultem em alteração da classe e grupo de enquadramento.

Portaria MCOM nº 2.344, DE 6 de abril de 2021: Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Portaria MCOM nº 1.925, de 29 de janeiro de 2021: Excepcionalmente, no dia 01/02/2021, as emissoras de radiodifusão sonora vinculadas à Rede Legislativa de Rádio, que engloba a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais, que desejarem

transmitir a eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ficam dispensadas de retransmitirem o programa A Voz do Brasil.

Portaria nº 1.898, de 26 de janeiro de 2021: Estabelece as condições, critérios e procedimentos para a realização de nova instrução dos pedidos de adaptação de outorga, formulados nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que foram deslocados para o Lote Residual em virtude do cumprimento do disposto no art. 3º da Portaria nº 3.071, de 31 de maio de 2017.

Portaria MCOM Nº 1.786, de 13 de janeiro de 2021: Altera as Portarias nº 1.250/SEI-MCOM, de 5 de novembro de 2020, e nº 1.394/SEI-MCOM, de 16 de novembro de 2020, que autorizam a flexibilização do horário de retransmissão do programa A Voz do Brasil, para além dos horários originalmente previstos, para emissoras de radiodifusão sonora que desejarem transmitir jogos de futebol.

Portaria nº 1.924, de 29 de janeiro de 2021: Estabelece diretrizes para os certames licitatórios das faixas de radiofrequências de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz e define critérios para a proteção dos usuários que recebem sinais de TV aberta e gratuita por meio de antenas parabólicas na Banda C satelital, adjacente à faixa de 3,5 GHz.

Portaria nº 1.863, de 21 de janeiro de 2021: Classificar como Média a infração de não possuir equipamento de áudio apto a atender o disposto no art. 71 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, e não constante do Anexo IV do Regulamento de Sanções Administrativas

Portaria nº 1.510, de 26 de novembro de 2020: Institui o Grupo de Trabalho – GT com a finalidade de revisar, consolidar e padronizar os atos normativos no âmbito no Ministério das Comunicações.

Portaria MCOM nº 1.459, de 23 de novembro de 2020: Dispõe sobre o processo de licenciamento de estações de radiodifusão e ancilares.

Portaria MCOM nº 1.460, de 23 de novembro de 2020: Altera e revoga portarias, em decorrência da publicação do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020. Alterou as Portarias nº 652/2006, 4/2014, 127/2014, 4.287/2015, 3.238/2018,

6.370/2019, 141/2020 e 275/2020. Revogou a Portaria MC nº 67, de 11 de fevereiro de 1974; a portaria MC nº 449, de 13 de outubro de 2005; os seguintes dispositivos da Portaria MC nº 652, de 10 de outubro de 2006: a) § 1º e § 2º do art. 6º; b) art. 7º; e c) art. 8º; d) parágrafo único do art. 9º; os seguintes dispositivos da Norma nº 01/2009, aprovada pela Portaria MC nº 24, de 11 de fevereiro de 2009: a) item 3.4; b) item 4.4; c) itens 5.3 a 5.9; d) item 6; e) item 7; f) item 8; g) anexo I; h) anexo II; e i) anexo III; o inciso IX do item 6.1 da Norma Regulamentar do Canal de Cidadania, aprovada pela Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012; a Portaria nº 159, de 11 de junho de 2013; os seguintes dispositivos da Portaria MC nº 4, de 17 de janeiro de 2014: a) § 1º do art. 2º; e b) art. 3º; a Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014; os seguintes dispositivos da Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015: a) art. 12; b) art. 13; c) art. 16; e d) art. 17; os seguintes dispositivos da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018: a) art. 26; b) § 2º do art. 27; c) alínea "c" do Anexo IV; d) alínea "d" do Anexo V; e e) alínea "g" do Anexo VI; os seguintes dispositivos da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020: a) § 2º do art. 6º; b) parágrafo único do art. 14; c) § 3º do art. 15; d) § 3º do art. 21; e) o requisito "R4" do Anexo I; e o § 4º do art. 24 da Portaria nº 275/SEI-MC, de 13 de agosto de 2020.

Portaria MCOM nº 1.394, de 16 de novembro de 2020: Autoriza a flexibilização do horário de retransmissão do programa A Voz do Brasil, para além dos horários originalmente previstos, para emissoras de futebol que desejarem transmitir jogos de futebol da Seleção Brasileira, enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Portaria MCOM nº 1.250, de 6 de novembro de 2020: Excepcionalmente, enquanto perdurar o estado de calamidade pública estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, as emissoras de radiodifusão sonora que desejarem transmitir jogos de futebol realizados no âmbito do Campeonato Brasileiro, da Copa do Brasil ou da Conmebol Libertadores, ficam autorizadas a ter o horário de retransmissão do programa A Voz do Brasil flexibilizado para além dos horários originalmente previstos.

Portaria MCOM nº 1.024, de 8 de outubro de 2020: Dispõe sobre a flexibilização e a dispensa do horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de

informações dos Poderes da República, denominado A Voz do Brasil, pelas emissoras de radiodifusão sonora.

[Portaria MC nº 861, de 21 de setembro de 2020](#): Retificar a relação final das entidades elegíveis à utilização do canal de rede, definida pela Portaria nº 829, de 15 de setembro de 2020.

[Portaria MC nº 829, de 15 de setembro de 2020](#): Dá publicidade à relação final das entidades elegíveis à utilização do canal de rede, com a indicação do canal e da unidade federativa, nos termos do art. 14-B do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

[Portaria nº 697, de 10 de setembro de 2020](#): Aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações.

[Portaria nº 275, de 13 de agosto de 2020](#): Dispõe sobre o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal (RTR), ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

[Portaria MC nº 141, de 22 de julho de 2020](#): Dispõe sobre o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens.

[Portaria nº 2.800, de 30 de junho de 2020](#): Prorroga, até 31.07.2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28.04.2020, alterada pela Portaria 2456/2020/SEI-MCTIC, de 29.05.2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

[Portaria nº 2.456, de 29 de maio de 2020](#): Prorroga, até 30 de junho de 2020, os prazos previstos nos arts. 1º e 2º da Portaria nº 1915/2020/SEI-MCTIC, de 28 de abril de 2020, que estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

[Portaria MCTIC nº 2.230, de 15 de maio de 2020](#): Dá publicidade à relação aprovada de canais virtuais, resultante das manifestações realizadas via sistema MOSAICO, da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

[Portaria MCTIC nº 1.915, de 28 de abril de 2020](#): Estabelece, no âmbito da Secretaria de Radiodifusão, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a suspensão de prazos processuais administrativos e do atendimento ao público, em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

[Portaria MCTIC nº 1.684, de 15 de abril de 2020](#): Designa os servidores para integrar o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria MCTIC nº 1.030, de 2020, para revisão, consolidação e padronização dos atos normativos no âmbito da Administração Central e das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC.

[Portaria MCTIC nº 486, de 05 de fevereiro de 2020](#): Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e retransmissão de televisão do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T.

[Portaria MCTIC nº 418, de 31 de janeiro de 2020](#): Estabelece diretrizes para os certames licitatórios das faixas de radiofrequências de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz e define critérios para a proteção dos usuários que recebem sinais de TV aberta e gratuita por meio de antenas parabólicas na Banda C satelital, adjacente à faixa de 3,5 GHz.

[Portaria MCTIC nº 104, de 09 de janeiro de 2020](#): Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR), nos municípios pertencentes aos Estados que fazem parte da Amazônia Legal. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 275, DE 2020)**

[Portaria MCTIC nº 6.843, de 10 de dezembro de 2019](#): Dispõe sobre os critérios para análise do balanço patrimonial de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos no âmbito da Secretaria de Radiodifusão - SERAD do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

[Portaria MCTIC nº 6.370, de 19 de novembro de 2019](#): Dispõe sobre a destinação de saldo de recursos remanescente, proveniente da licitação de que trata o Edital nº 2/2014-SOR/SPR/CD-ANATEL, administrados pela Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - EAD.

[Portaria nº 5.589, de 17 de outubro de 2019](#): Altera a Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, que contém regras para instalação de estação transmissora, estúdios e centros de produção de programas (art. 1º, 2º e 4º).

[Portaria MCTIC nº 5.153, de 27 de setembro de 2019](#): Delega atribuições ao Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial da Secretaria de Radiodifusão.

[Portaria MCTIC nº 4.598, de 9 de setembro de 2019](#): Dispõe sobre estações de radiodifusão cujo documento de aprovação de locais de instalação e utilização dos equipamentos não foram adequadamente migrados do antigo Sistema de Controle de Radiodifusão para o atual Sistema Mosaico. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 141, DE 2020)**

[Portaria MCTIC nº 4.420, de 30 de agosto de 2019](#): Dispõe sobre o horário de funcionamento, a jornada de trabalho e o controle de frequência no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, e dá outras providências.

[Portaria MCTIC nº 3.306, de 19 de julho de 2019](#): Estabelece normas complementares para utilização do canal virtual pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão explorados diretamente pela União.

[Portaria MCTIC nº 1.519, de 24 de abril de 2019](#): Altera a Portaria nº 3.399, de 05.07.2018, que dispõe sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-MCTIC.

[Portaria MCTIC nº 6.707, de 28 de dezembro de 2018](#): Dispõe sobre o ajuste de classe e de grupo de enquadramento das outorgas que não foram adequadamente migradas do antigo Sistema de Controle de Radiodifusão para

o atual Sistema Mosaico, mantidas as mesmas características técnicas em relação à área de cobertura já autorizada por ato ministerial.

[Portaria MCTIC nº 6.484, de 12 de dezembro de 2018](#): Tramitação de processos da SERAD preparatórios para atos de competência do Ministro.

[Portaria MCTIC nº 6.360, de 05 de dezembro de 2018](#): Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 05 de dezembro de 2018, dos agrupamentos de municípios de Barão de Melgaço/MT, Campina Grande/PB, Feira de Santana/BA, Uberaba/MG e Vitória da Conquista/BA, e homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios de Blumenau/SC, Caruaru/PE, Dourados/MS, Governador Valadares/MG, Imperatriz/MA, Jaraguá do Sul/SC, Joinville/SC, Juiz de Fora/MG, Marabá/PA, Mossoró/RN, Petrolina/PE, Parnaíba/PI, Rondonópolis/MT, Santa Maria/RS e Uberlândia/MG.

[Portaria MCTIC nº 6.197, de 05 de dezembro de 2018](#): Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 141, DE 2020)**

[Portaria MCTIC nº 6.227, de 28 de novembro de 2018](#): Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de novembro de 2018, do agrupamento de municípios do Paraná (Oeste do Estado) e do Rio Grande do Sul (Sul do Estado), e homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios do Rio de Janeiro (interior) e de São Paulo (interior).

[Portaria MCTIC nº 5.938, de 14 de novembro de 2018](#): Inclui Barão de Melgaço/MT nos agrupamentos com desligamento em 5 de dezembro de 2018.

Portaria MCTIC nº 4.775, de 14 de setembro de 2018: Aprova o Laudo de Vistoria para fins de Renovação de Outorga. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 3.801, DE 05 DE OUTUBRO DE 2021)**

Portaria MCTIC nº 4.412, de 28 de agosto de 2018: Homologa, de forma escalonada, o encerramento dos agrupamentos de Sobral/CE e Juazeiro do Norte/CE.

Portaria MCTIC nº 4.159, de 14 de agosto de 2018: Homologa o encerramento da TV analógica em Cuiabá, Macapá, Palmas, Porto Velho, Boa Vista, Campo Grande e Rio Branco.

Portaria MCTIC nº 3.399, de 05 de julho de 2018: Dispõe sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-MCTIC como o sistema oficial de produção, uso e tramitação de documentos e processos administrativos eletrônicos no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Portaria MCTIC nº 3.291, de 25 de junho de 2018: Altera o cronograma de transição da transmissão analógica de TV e RTV (inclusão de 32 municípios, para o desligamento de 2018).

Portaria MCTIC nº 3.238, de 20 de junho de 2018: Dispõe sobre permissão e concessão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Portaria MCTIC nº 2.877, de 30 de maio de 2018: Homologa o encerramento da Transmissão analógica em Aracaju, Belém, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal e Teresina.

Portaria MCTIC nº 2.105, de 16 de abril de 2018: Estabelece a exibição de cartela informativa pelas entidades que executam o serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e o serviço de Retransmissão de Televisão, em tecnologia digital, que alterarem seu canal físico, orientando a população quanto aos procedimentos de sintonia do novo canal.

Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018: Introduce alterações ao art. 43, inciso VI da Portaria MC nº 4.334/2015.

Portaria MCTIC nº 1.909, de 09 de abril de 2018: Introduce alterações ao texto da Portaria MC nº 4.334/2015.

Portaria MCTIC nº 1.803, de 02 de abril de 2018: Estabelece a criação do Grupo de Trabalho de Revisão de Normas Técnicas de Serviços de Radiodifusão.

Portaria MCTIC nº 1.724, de 28 de março de 2018: Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de março de 2018, do agrupamento de municípios de Bauru/SP, e homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios de Presidente Prudente/SP e de São José do Rio Preto/SP.

Portaria MCTIC nº 6 de 28 de fevereiro de 2018: Altera o parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 127, de 12 de março de 2014.

Portaria MCTIC nº 1.019, de 26 de fevereiro de 2018: Altera o cronograma de transição da transmissão analógica de TV e RTV (Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE).

Portaria MCTIC nº 560, de 31 de janeiro de 2018: Homologa o encerramento em Curitiba, Franca, Ribeirão Preto, Porto Alegre, Florianópolis e São Luís.

Portaria MCTIC nº 353, de 19 de janeiro de 2018: Fixa o valor máximo da multa a ser aplicada às infratoras executantes dos serviços de radiodifusão e seus ancilares.

Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017: Altera o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVDT, estabelecido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26.05.2017.

[Portaria MCTIC nº 7.008, de 29 de novembro de 2017](#): Homologa o encerramento da Transmissão Analógica no interior de SP (Campinas, Santos, V. Paraíba, Franca e Ribeirão Preto).

[Portaria MCTIC n.º 6.540, de 8 de novembro de 2017](#): Homologa encerramento da Transmissão Analógicade TV e RTV de Belo Horizonte.

[Portaria MCTIC nº 6.287, de 25 de outubro de 2017](#): Homologa encerramento da Transmissão Analógica de TV e RTV de nos agrupamentos de Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ.

[Portaria MCTIC nº 5.771, de 27 de setembro de 2017](#): Homologa os desligamentos nos agrupamentos de Salvador/BA e Fortaleza-CE, e dá providências quanto aos agrupamentos de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE.

[Portaria MCTIC nº 5.487, de 14 de setembro de 2017](#): Prazo para apresentação de requerimento de consignação de Geradoras.

[Portaria MCTIC nº 4.146, de 25 de julho de 2017](#): Homologa os desligamentos no agrupamento de Recife/PE.

[Portaria MCTIC nº 3.107, de 31 de maio de 2017](#): Homologa os desligamentos no agrupamento de Goiânia/GO.

[Portaria MCTIC nº 3.071, de 31 de maio de 2017](#): Altera a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014.

[Portaria MCTIC nº 3.018, de 29 de maio de 2017](#): Altera as Portarias MCTIC nº 1.289, de 16 de março de 2017, e MC nº 925, de 22 de agosto de 2014, para os casos de utilização de Redes de Frequência Única (SFN -SingleFrequency Networks).

[Portaria MCTIC nº 2.996, de 26 de maio de 2017](#): Dispõe sobre procedimentos para devolução de canais analógicos de TV e RTV à União e homologação de desligamentos analógicos.

[Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017](#): Dispõe sobre as premissas e condições necessárias para o desligamento, bem como o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T.

[Portaria MCTIC nº 2.771, de 23 de maio de 2017](#): Estabelece o procedimento de devolução de canais à União.

[Portaria nº 2.253, de 27 de abril 2017](#): Tornar sem efeito a Portaria n.º 1.383, de 8 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2016.

[Portaria MCTIC nº 1.592, de 29 de março de 2017](#): Homologa os desligamentos no agrupamento de São Paulo/SP.

[Portaria MCTIC nº 1.289, de 16 de março de 2017](#): Disciplina e aprova as regras para utilização de canais virtuais pelas entidades executantes dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão do SBTVD-T, em São Paulo/SP, e aprova a numeração de canais virtuais.

[Portaria MCTIC nº 5.774 de 16 de dezembro de 2016](#): Altera a Portaria MC nº 112, de 2013.

[Portaria MCTIC nº 5.269, de 17 de novembro de 2016](#): Homologa os desligamentos no agrupamento de Brasília/DF.

[Portaria MC nº 1.453, de 08 de abril de 2016](#): Distribuição de conversores digitais em Brasília/DF e entorno.

[Portaria MC nº 1.383, de 08 de abril de 2016](#): Dispõe sobre a apresentação anual de informações cadastrais, técnicas e financeiras pelas entidades executantes de serviço de radiodifusão e alteração do §1º do art. 4-A da Portaria nº 6.467, de 24 de novembro de 2015. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 2.253, DE 27 DE ABRIL DE 2017)**

[Portaria MCTIC nº 1.329, de 31 de março de 2016](#): Homologa os desligamentos em Rio Verde/GO.

[Portaria MC nº 1.273, de 31 de março de 2016](#): Altera a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014.

[Portaria MC nº 263, de 14 de janeiro de 2016](#): Distribuição de conversores digitais em Rio Verde/GO.

[Portaria MC nº 6.738 de 21 de dezembro de 2015](#): Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital e dá outras providências. **(REVOGADA PELA PORTARI Nº 141, DE 2020)**.

[Portaria MC nº 6.580, de 02 de dezembro de 2015](#): Requer ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIREDD, que apresente, em quinze dias, relatório consubstanciado sobre a evolução do processo de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital-SBTVD.

[Portaria MC nº 6.467, de 24 e novembro de 2015](#): Altera a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014.

[Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015](#): Altera e revoga artigos da Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

[Portaria MC nº 4.287, de 21 de setembro de 2015](#): Dispõe sobre os procedimentos de seleção pública e de autorização para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão, com utilização de tecnologia digital, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, durante a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital e dá outras providências.

[Portaria MC nº 4.334, de 17 de setembro de 2015](#): Portaria de regulamentação das disposições relativas ao Serviço de Radiodifusão Comunitária.

[Portaria COMAER n.º 957/GC3, de 9 de julho de 2015](#): Dispõe sobre as restrições aos objetos projetados no espaço aéreo que possam afetar adversamente a segurança ou a seguridade das operações aéreas, e dá outras providências.

[Portaria MC nº 1.581, de 9 de abril de 2015](#): Dá preferência de ocupação dos canais de VHF alto (174 MHz a 216 MHz), na tecnologia digital, aos quatro canais públicos previstos no Decreto 5.820/2006.

[Portaria MC nº 4.123, de 30 de dezembro de 2014](#): Altera a Portaria MC nº 14, de 2013.

[Portaria MC nº 1.355, de 9 de dezembro de 2014](#): Dá publicidade ao momento da digitalização dos canais das entidades executantes do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, com base no Ato Anatel nº 7.053, de 2013, de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV em função do processo de replanejamento da faixa de 700 MHz, na Região Metropolitana de São Paulo, estado de São Paulo.

[Portaria MC nº 932, de 22 de agosto de 2014](#): Estabelece as condições e os procedimentos de autorização para a instalação de retransmissoras auxiliares para cobertura de áreas de sombra e de outorga com reuso de canal, com a utilização de tecnologia digital. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 141, DE 2020)**

[Portaria MC nº 925, de 22 de agosto de 2014](#): Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e imagens, em tecnologia digital.

[Portaria MC nº 540, de 1º de agosto de 2014](#): Dá publicidade ao momento da digitalização dos canais das entidades executantes do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, com base nos Atos Anatel nº 4.246, de 2014, de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV em função do processo de replanejamento da faixa de 700 MHz, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

[Portaria MC nº 505, de 31 de julho de 2014](#): Dá publicidade ao momento da digitalização dos canais das entidades executantes do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão, com base nos Atos Anatel nº 4.236, de 2014, de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV em função do processo de replanejamento da faixa de 700 MHz, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

Portaria nº 559, de 17 de julho de 2014 (Anatel): Aprova o Procedimento de Fiscalização para medição da intensidade subjetiva de áudio (Loudness) no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) com tecnologia digital.

Portaria MC nº 481, de 9 de julho de 2014: Estabelece o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, com início em 1º de janeiro de 2015 e encerramento até 31 de dezembro de 2018.

Portaria MC nº 477, de 20 de junho de 2014: Estabelece, conforme artigo 10 do Decreto nº 5.820, de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.061, de 2013, o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o SBTVD-T.

Portaria MC nº 127, de 12 de março de 2014: Estabelece o procedimento para adaptação de outorga do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Portaria MC nº 4, de 17 de janeiro de 2014: Portaria de Consignações da União.

Portaria MC nº 252, de 08 de agosto de 2013: Reconhece os Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC) como serviços de telecomunicações, de interesse restrito, executados por entidades detentoras de outorga para execução de serviço de radiodifusão.

Portaria nº 251, de 7 de agosto de 2013: Estabelece o valor de referência a ser pago pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada em decorrência de alteração das características técnicas para a promoção de Classe de Grupo de Enquadramento das emissoras executantes dos serviços de radiodifusão que resulte em aumento de potência.

Portaria MC nº 231, de 7 de agosto de 2013: Estabelece de regras para a autorização de alteração de características técnicas que resultem em alteração da classe e grupo de enquadramento.

[Portaria MC nº 159, de 11 de junho de 2013](#): Autorizar o funcionamento em caráter provisório das entidades prestadoras de Serviços de Radiodifusão e seus ancilares que possuírem certos requisitos.

[Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013](#): Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas, que tem por objetivo estabelecer procedimentos, parâmetros e critérios para aplicação de sanções administrativas a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, por infração às leis, aos regulamentos e às normas aplicáveis aos serviços de radiodifusão, bem como em consequência da inobservância aos deveres decorrentes dos atos de outorga.

[Portaria nº 57, de 13 de março de 2013](#): Altera e acrescenta dispositivos à Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, aprovada pela Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012.

[Portaria MC nº 14, de 06 de fevereiro de 2013](#): Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

[Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012](#): Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.

[Portaria nº 482, de 6 de dezembro de 2012](#): Cria o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira - Ginga Brasil.

[Portaria MC nº 471, de 22 de novembro de 2012](#): Altera o art. 3º da Portaria nº 106, de 2 de março de 2012.

[Portaria MC nº 366, de 9 de agosto de 2012](#): Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de TV. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 141, DE 22 DE JULHO DE 2020)**

[Portaria MC nº 354, de 12 de julho de 2012](#): Regulamenta a padronização do volume de áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de

radiodifusão sonora e de sons e imagens nos termos da Lei nº 10.222, de 9 de maio de 2001.

[Portaria MC nº 312, de 26 de junho de 2012](#): Altera texto do item 7.1 da Norma Complementar nº 01/2006, estabelecendo valor mínimo de horas para veiculação obrigatória do recurso de legenda oculta para emissoras do serviço de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

[Portaria MC nº 229, de 25 de abril de 2012](#): Altera Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006, Portaria nº 491, de 23 de novembro de 2011 e a Portaria nº 106, de 2 de março de 2012.

[Portaria MC nº 106, de 2 de março de 2012](#): Estabelece normas para utilização de multiprogramação e para a operação compartilhada com entes públicos dos canais consignados a órgãos dos Poderes da União.

[Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011](#): Altera os incisos I e III do art. 3º da Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006.

[Portaria MC nº 276, de 29 de março de 2010](#): Aprova a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital. **(REVOGADA PELA PORTARIA Nº 925, DE 22 DE AGOSTO DE 2022)**

[Portaria MC nº 189, de 24 de março de 2010](#): Estabelece as diretrizes para operacionalização do Canal da Cidadania.

[Portaria MC nº 188, de 24 de março de 2010](#): Altera a Norma Complementar nº 01/2006, com novos prazos de implementação da audiodescrição.

[Portaria MC nº 24, de 11 de fevereiro de 2009](#): Aprova a Norma Geral nº 01/2009 para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital.

[Portaria nº 669, de 26 de novembro de 2007](#): Para fins do que estabelece o art. 33 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, são consideradas regiões de fronteira de

desenvolvimento do País a Amazônia Legal, conforme definido na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, alterada pela Lei nº 5.374, de 7 de dezembro de 1967, e o arquipélago de Fernando de Noronha.

Portaria MC nº 465, de 22 de agosto de 2007: Aprova a Norma nº 01/2007, que estabelece os procedimentos operacionais necessários ao requerimento para execução do Serviço Especial para fins Científicos ou Experimentais.

Portaria MC nº 652, de 10 de outubro de 2006: Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T.

Portaria MC nº 310, de 27 de junho de 2006: Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Portaria MC nº 449, de 13 de outubro de 2005: Instrução Normativa MC Nº 1, de 31 de agosto de 2005. Aprovar os formulários de informações técnicas e administrativas, com vista à análise dos projetos relativos aos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus ancilares e auxiliares.

Portaria Interministerial MC/ME nº 651, de 15 de abril de 1999: Dispõe sobre os programas educativos-culturais e revoga as portarias interministeriais que menciona.

Portaria MC nº 32, de 25 de março de 1999: Aprova a Norma Básica dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Onda Média e em Onda Tropical faixa de 120 metros - Nº 01/99, anexa a esta Portaria (D.O.U. de 26/03/99); Norma n.º 01/1999 - Disciplina o funcionamento das concessionária e permissionárias dos Serviços de Radiodifusão Sonora em Onda Média e em Onda Tropical (120 metros) no que diz respeito aos horários e prazos de operação e à interrupção de suas irradiações.

Portaria MC nº 26, de 15 de Fevereiro de 1996: Estabelece as regras para a instalação de estação transmissora, estúdios e centros de produção de programas.

Portaria MC nº 652, de 01 de Setembro de 1994: Institui o Programa Federal de Desregulamentação.

Portaria MC nº 160, de 24 de junho de 1987: Estabelece as qualificações mínimas dos profissionais que tenham a responsabilidade técnica pela execução dos serviços de radiodifusão.

Portaria nº 985, de 5 de dezembro de 1994: Estabelece procedimentos com vistas a disciplinar a apresentação dos pedidos para execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.

Portaria MC nº 25, de 24 de fevereiro de 1983: Aprova a N-02/83 – Norma Técnica para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Ondas Decamétricas, que com esta baixa, determinado sua aplicação.

CHAMAMENTOS PÚBLICOS

Chamamento Público nº 1/2020, de 10 de dezembro de 2020: Tem por objeto selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão – RTV, em caráter primário.

Chamamento Público nº 1/2021, de 5 de fevereiro de 2021: Tem por objetivo selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em caráter primário.

Chamamento Público nº 2/2021, de 4 de maio de 2021: Tem por objeto selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário.

Chamamento Público nº 1/2022/SEI-MCOM: Tem por objeto selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário.

EDITAIS

Edital nº 153/SEI-MCOM, de 29 de agosto de 2022: Reabre o prazo para selecionar entidades para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 58/SEI-MCOM, de 13 de abril de 2022: Intuito de selecionar pessoas jurídicas para executar o serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal (RTR).

Edital nº 117, de 18 de junho de 2021: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 130/2021/SEI-MCOM: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 127, de 13 de julho de 2021: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 172, de 21 de setembro de 2021: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 165, de 2 de setembro de 2021: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 213, de 6 de dezembro de 2021: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

Edital nº 9, de 26 de janeiro de 2022: Intuito de selecionar os Municípios para adesão ao Programa Digitaliza Brasil.

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

[Aviso de Consulta Pública nº 10/2022](#): Prorroga a Consulta Pública Nº 9/2022, publicada no Diário Oficial da União no dia 10/10/2022, até o dia 18 de novembro de 2022.

[Aviso de Consulta Pública nº 9/2022](#): Solicitar, mediante a presente Consulta Pública, contribuições para a minuta de Edital de Licitação para outorga do serviço de radiodifusão comercial de frequência modulada (FM) e/ou de sons e imagens (TV).

[Aviso de Consulta Pública nº 8/2022](#): Solicitar, mediante a presente Consulta Pública, contribuições para proposição do Projeto de Lei que institui o Dia Nacional do Rádio.

[Aviso de Consulta Pública nº 5/2022](#): Solicita que os interessados se manifestem em relação a manutenção de interesse no lançamento de editais de licitação para novas outorgas de radiodifusão comercial de Frequência Modulada (FM) e/ou de sons e imagens (TV).

[Aviso de Consulta Pública nº 4/2021](#): Solicita propostas para elaboração do calendário relativo ao ano de 2022 para flexibilização ou dispensa do horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, conhecido como "A Voz do Brasil".

[Aviso de Consulta Pública nº 1/2021](#): Solicita sugestões para elaboração da Portaria que trata dos Organismos Certificadores de Radiodifusão - OCR.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

[Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020](#): Cria o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

[Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020](#): Altera a [Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966](#), para dispor sobre o valor da Taxa de Fiscalização de

Instalação, a [Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008](#), para dispor sobre o valor da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e a [Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001](#), para dispor sobre o valor da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.

RESOLUÇÕES TSE

[Resolução nº 23.679](#): Regulamenta a propaganda partidária gratuita em rádio e televisão realizada por meio de inserções nos intervalos da programação normal das emissoras.

RESOLUÇÕES ANPD

[Resolução CD/ANPD nº 1, de 28 de outubro de 2021](#): Aprova o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

[Resolução CD/ANPD nº 2, de 27 de janeiro de 2022](#): Aprova o Regulamento de aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para agentes de tratamento de pequeno porte.

RESOLUÇÕES ANATEL

A legislação da Anatel pode ser consultada no endereço eletrônico <https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/>.

FONTE

Diário Oficial da União - <https://www.gov.br/imprensanacional/pt-br>
<https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao>

EM CASO DE DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS, FAVOR ENTRAR EM
CONTATO COM O DEPARTAMENTO JURÍDICO DA ABERT, PELO TELEFONE:

(61) 2104-4600

OU PELO E-MAIL:

JURIDICO@ABERT.ORG.BR.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO

Ed. Via Esplanada • SAF/SUL • Qd. 02 • Bl. D • Sala 101 • Asa Sul • Brasília-DF • CEP: 70070-600

Fone: (61) 2104-4600 • www.abert.org.br